



2019.2 . Ano xxxvi . Número 38

CALÍOPE

Presença Clássica

separata 5

2019.2 . Ano xxxvi . Número 38

CALÍOPE

Presença Clássica

ISSN 2447-875X

separata 5

Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas
Departamento de Letras Clássicas da UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
REITOR Denise Pires de Carvalho

Centro de Letras e Artes
DECANA Cristina Grafanassi Tranjan

Faculdade de Letras
DIRETORA Sonia Cristina Reis

Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas
COORDENADOR Ricardo de Souza Nogueira
VICE-COORDENADORA Arlete José Mota

Departamento de Letras Clássicas
CHEFE Fábio Frohwein de Salles Moniz
SUBCHEFE Eduardo Murtinho Braga Boechat

Organizadores
Fábio Frohwein de Salles Moniz
Rainer Guggenberger

Conselho Editorial
Alice da Silva Cunha
Ana Thereza Basilio Vieira
Anderson de Araujo Martins Esteves
Arlete José Mota Auto Lyra Teixeira
Ricardo de Souza Nogueira Tania Martins Santos

Conselho Consultivo
Alfred Dunshirn (Universität Wien)
David Konstan (New York University)
Edith Hall (King's College London)
Frederico Lourenço (Universidade de Coimbra)
Gabriele Cornelli (UnB)
Gian Biagio Conte (Scuola Normale Superiore di Pisa)
Isabella Tardin (Unicamp)
Jacyntho Lins Brandão (UFMG)
Jean-Michel Carrié (EHESS)
Maria de Fátima Sousa e Silva (Universidade de Coimbra)
Martin Dinter (King's College London)
Victor Hugo Méndez Aguirre (Universidad Nacional Autónoma de México)
Violaine Sebillote-Cuchet (Université Paris 1)
Zélia de Almeida Cardoso (USP)

Capa
Fábio Frohwein de Salles Moniz

Editoração
Fábio Frohwein de Salles Moniz

Revisão de texto
Fábio Frohwein de Salles Moniz

Revisão técnica
Fábio Frohwein de Salles Moniz

Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas | Faculdade de Letras – UFRJ
Av. Horácio Macedo, 2151 – sala F-327 – Ilha do Fundão 21941-917 – Rio de Janeiro – RJ
www.lettras.ufrj.br/pgclassicas – pgclassicas@lettras.ufrj.br

Levantamentos de dados para um estudo histórico e filológico da obra *Sobre a poética*, de Aristóteles: um percurso da Antiguidade à Idade Média
Pedro da Silva Barbosa | Ricardo de Souza Nogueira

RESUMO

O presente artigo investiga alguns fatores históricos e filológicos que possibilitaram a manutenção de parte dos *corpora* aristotélicos, sobretudo a obra *Sobre a poética*, desde a Antiguidade, Idade Média, até o que se tem hoje. Por meio de um recorte preciso em toda essa extensa linha temporal, destacam-se os dados que permitiram, após os desaparecimentos ocorridos na Grécia, época romana e Idade Média, a sobrevivência e os ressurgimentos das obras aristotélicas do mundo ocidental à dominação árabe do séc. VIII e ao período da Reconquista, no séc. XII. No final do trabalho, é possível encontrar, ainda, algumas informações acerca da obra *Sobre a poética*, no tocante aos seus manuscritos primários e a questões de transmissão do texto.

PALAVRAS-CHAVE

Parisinus 1741; Aristóteles; *Poética*; Renascimento medieval.

SUBMISSÃO 12.02.2020 | APROVAÇÃO 27.02.2020 | PUBLICAÇÃO 24.03.2020

DOI <https://doi.org/10.17074/cpc.v2i38.32235>

Com este estudo, objetiva-se fazer uma investigação que leva em conta alguns fatores históricos e filológicos que permitiram a manutenção de parte dos *corpora* aristotélicos para a posteridade, incluindo-se nesse conjunto a transmissão da obra *Sobre a poética*, que, na parte final deste trabalho, é estudada externamente, quanto à preservação de suas fontes iniciais para a posteridade. Nesse sentido, o estudo se detém em informações históricas voltadas para a Antiguidade e para a Idade Média e, no interior desse extenso recorte, se direciona para determinados dados que permitiram os vários surgimentos da obra aristotélica até a sua definitiva permanência para o mundo ocidental. Pretende-se construir uma linha temporal lógica e didática que vai, mais precisamente, do período em que Aristóteles viveu, no séc. IV a.C., até o chamado Renascimento Medieval do séc. XII, período esse de extrema riqueza cultural, mas que muitas vezes é ignorado diante do que se convencionou chamar de Renascimento do séc. XV. Trevor-Roper é categórico em afirmar que a ideia de um único Renascimento dominou o séc. XIX, minimizando a permanência dessa concepção no séc. XX:

Os historiadores do séc. XIX reconheceram apenas um Renascimento, o do séc. XV, o Renascimento descoberto e introduzido por Michelet e Burckhart.¹ Os historiadores do séc. XX acabaram com isso. A revivificação das letras clássicas, argumentam eles, não foi isolada ou súbita: a Europa cristã absorveu a Antiguidade, não num trago, mas em várias deglutições, interrompidas por ligeiros períodos de silenciosa digestão.²

O estudioso, com seu enunciado metafórico oriundo da fisiologia própria da alimentação humana, pretende enfatizar que não há um repentino lapso de tempo em que, subitamente, renasce o saber legado pela Antiguidade, mas sim um ganho gradual desse conhecimento que vai crescendo de tempos e tempos graças a determinados fatores que lhe concedem uma explicação lógica. A ciência histórica do séc. XX, opondo-se aos exageros românticos do

séc. XIX, mostrou maior critério e autoridade para explicar como se deu o fenômeno de ressurgimento da Antiguidade Clássica para o mundo ocidental, e, dessa maneira, focou na existência de um Renascimento do séc. XII, em plena Idade Média, que, além de outras realizações, foi de fundamental importância para o entendimento da conservação e influência dos *corpora* aristotélicos para o homem do ocidente. Assim, uma série de eventos históricos proporcionou a redescoberta dessas obras remanescente da Antiguidade, legado esse fundamental para as ciências humanas e que, antes, eram conhecidas apenas pelas culturas orientais.

Não se pretende apresentar aqui um estudo sobre o conteúdo interno de *Sobre a poética*, mas apresentar informações históricas que sirvam para compreender a manutenção para a posteridade dessa obra, que versa sobre gêneros literários oriundos da Grécia antiga. Por isso, somente em um segundo momento, esse estudo deter-se-á, mais especificamente, nas questões referentes a *Sobre a poética*, focando, mais precisamente, nas evidências externas que justificaram a existência da obra para o homem moderno, fato que se deu após o estabelecimento de seu texto. Em primeiro lugar, o presente artigo deter-se-á, então, em uma investigação plural que toma os *corpora* aristotélicos como um todo.

A obra de Aristóteles, da maneira como chegou para a posteridade, inclui o que Rossetti menciona como *pragmateíai*. Esse filólogo apresenta uma definição bem objetiva do termo:

[...] estudos especializados exclusivamente dedicados a uma exposição a mais completa possível de uma certa disciplina científica particular [a ética, a retórica, a física, a astronomia, o movimento dos animais, a modalidade de reprodução das várias espécies etc.].³

Por meio de seu longo parênteses que cita várias disciplinas, o autor deixa claro a relação entre o termo *pragmateíai* e as várias ciências que são englobadas por esse mesmo conceito. Na perspectiva de uma definição que leva em conta a etimologia da palavra, o termo *pragmateía* é formado pelo radical da palavra

neutra *prágma*, -atos, que significa, entre outros sentidos, ação realizada, ato, acontecimento, situação, conjuntura, fato,⁴ campo semântico esse que exemplifica bem o teor do conceito de *pragmateía*, que, com o sufixo -eia, que forma substantivos que indicam qualidade, comporta as qualidades (os atributos) inerentes aos atos que formam determinada ciência ou disciplina. É importante dizer que o termo *prágma*, -atos, por si só, também subdivide-se no radical *pratt*-⁵ do verbo *práttō* e no sufixo -*ma(t)*, que forma substantivos neutros que indicam o produto ou o resultado da ação, o que concede à palavra uma ideia de um acabamento que se liga à ciência finalizada construída como tal e preparada para ser ensinada como disciplina, além de se comportar como benefício e conhecimento para a humanidade. Nesse sentido, tais elementos formadores (o radical de um verbo e dois sufixos) têm a capacidade de construir a ideia que a posteridade viria a possuir sobre o próprio filósofo Aristóteles, ou seja, a de um verdadeiro cientista que, empiricamente, se dedicou a várias disciplinas ligadas a determinados acontecimentos observáveis e tomados como úteis. Contudo, é importante resaltar que o *corpus* aristotélico apresentava no passado uma maior ramificação, com a existência de ao menos mais um grande grupo de escritos. O conjunto denominado *pragmateía* diz respeito às obras denominadas esotéricas, que também ainda são chamadas de acroamáticas ou acroáticas. Contudo, é preciso salientar que, no tempo da origem dos textos e ainda durante alguns séculos depois, havia ainda, nos *corpora* aristotélicos, as obras exotéricas. Como tudo isso se organiza?

As obras esotéricas, aquelas que, de fato, sobreviveram ao tempo em grande quantidade, diziam respeito aos escritos que Aristóteles produzia para ficarem arquivados no Liceu para fins didáticos. Eles tinham a forma de apontamentos de aula, verdadeiros rascunhos que foram preservados na biblioteca do filósofo, bastando lembrar aqui que Aristóteles foi um dos primeiros estudiosos a possuir uma biblioteca particular. Tais escritos, sem dúvida, não foram preparados para a publicação, e sim para servirem de apoio ao momento em que o filósofo-

professor peripatético impostava a sua voz para se fazer ouvir pelos seus alunos. Esse é o sentido dos adjetivos acroamático e acroático, que indicam algo que tem relação com a ação expressa pelo verbo grego *akroáomai* (escutar, ser o discípulo). Por tais escritos serem um produto voltado para o interior do Liceu, é também bem empregado o adjetivo esotérico, que possui, em sua etimologia remota, o prefixo preposicional grego *eis* ou *es*, em sua formação, que indica movimento para onde com interioridade.

O segundo grupo extenso de escritos era formado por obras estéticas compostas especialmente para a publicação, ou seja, eram voltadas para o exterior do Liceu, e daí o emprego do adjetivo exotérico, que, em sua etimologia remota, possui o prefixo preposicional grego *ek-*, que indica movimento de dentro para fora. Tais escritos eram muito mais bem acabados que os esotéricos, pois tinham como receptor o público geral, que precisava ser seduzido literariamente pelos complexos conteúdos que emanavam do Liceu. Entre essas obras, havia diálogos filosóficos, gênero literário muito admirado e conhecido pelos atenienses, e uma *História da retórica*. Infelizmente, entre as duas categorias de escritos, apenas as obras esotéricas sobreviveram ao tempo, havendo apenas fragmentos escassos dos textos exotéricos. Portanto, como já afirmado, são as obras esotéricas que formam as *pragmateíai*, ou seja, as ciências observadas na obra aristotélica remanescente. O grande orador e político romano Cícero, que viveu entre os anos 106 e 43 a.C., chegou a conhecer os diálogos de Aristóteles, elogiando-os quanto à eloquência. A obra exotérica de Aristóteles desapareceu algum tempo depois da morte de Cícero, no início da era cristã.⁶

A esses dois grupos de obras aristotélicas, pode-se acrescentar um terceiro, formado por notas de uso pessoal de Aristóteles, em que se encontravam extratos de diálogos de Platão e escritos sobre vários filósofos e sobre o pitagorismo, além de dados sobre 158 cidades helênicas e bárbaras, que formavam uma série denominada *Instituições (Politeíai)*. Emile Boutroux (1845-1921), um dos mais eminentes estudiosos da obra aristotélica, chama tais escritos de hipomnemáticos.⁷ Essa denominação se

deve ao fato de eles servirem de base para o auxílio da memória, e daí a presença, na etimologia remota do adjetivo, do prefixo preposicional grego *hypó* (sob) associado ao radical *mnemat-*, proveniente do substantivo neutro *mnêma*, *-atos* (produto da lembrança, monumento). Nesse sentido, tais obras apresentavam muito mais coletas de dados do que propriamente alguma divagação teórica sobre determinado tema. Por muito tempo, havia apenas fragmentos desses textos, mas, em 1891, estudiosos do Museu Britânico de Londres encontraram quatro rolos de papiro, provenientes do Egito, que continham uma cópia de *A constituição de Atenas* (*Athenaion politeia*), fazendo ressurgir para os tempos modernos mais uma obra de Aristóteles. De fato, obras de tal natureza não constituem uma ciência específica, sendo, na verdade, uma coleta de dados, e daí o motivo da inserção do grupo de constituições entre as obras hipomnemáticas.

Durante o período alexandrino, que começa após a morte de Alexandre o Grande, em 323 a.C., e pode-se dizer após as mortes do próprio Aristóteles e de Demóstenes, em 322 a.C., os últimos autores clássicos gregos, os *corpora* aristotélicos tiveram curiosa permanência, de altos e baixos. Sobre o início dessa história, é possível formar uma narrativa curiosa, por meio do que é narrado pelo historiador grego Estrabão (63 a.C. a 24 d.C.)⁸ e do que é complementado pelo biógrafo grego Plutarco (45 d.C. a 125 d.C.)⁹ que, ao que parece, se baseou na mesma narrativa descrita por Estrabão, acrescentando, contudo, a informação sobre Andrônico de Rodes. O todo narrativo é muito bem amarrado por Rubenstein, que, por seu turno, acrescenta mais alguns dados históricos de interesse:

Quando o filósofo morreu, diz a história,¹⁰ deixou todos os seus escritos para seu melhor amigo e discípulo mais brilhante, Teofrasto, que o sucedera como diretor do Liceu. Passados 25 anos, depois de uma carreira ilustre como administrador, professor e escritor, Teofrasto faleceu, legando sua biblioteca pessoal, que incluía os manuscritos de Aristóteles, a seu sobrinho Neleu, que morava em Scepsis, uma colônia grega na Ásia Menor. Como os governantes militares que haviam dividido entre si o império de Alexandre

tinham o hábito de confiscar livros e qualquer outra coisa de valor em que pudessem pôr as mãos, Neleu escondeu os manuscritos numa adega. Ali eles passaram mais de dois séculos, enquanto, do outro lado do mar Egeu, Atenas era atacada por “bárbaros” celtas, a fama do Liceu entrava em declínio e a estrela de Aristóteles se apagava. Por volta de 70 a.C., entretanto as centenas de pergaminhos esfarrapados, escondidos na adega de Neleu, foram redescobertas por acaso. A coleção inteira foi levada para Atenas, onde alguns filósofos peripatéticos ainda lecionavam, embora para plateias extremamente diminuídas. Eles entregaram os manuscritos a Andrônico de Rodes, um ilustre colega que exercia suas atividades em Roma, o novo centro do saber e do poder.¹¹

Se as narrativas de Estrabão e Plutarco são verdadeiras, pode-se dizer que nesse tempo se deu o primeiro desaparecimento da obra aristotélica. Contudo, opõe-se a essa narrativa o fato de que o ensino no Liceu continuou a existir de maneira linear, sem interrupções, até algum ponto do séc. III d.C., o que permite inferir que os escritos e a filosofia de Aristóteles não estiveram na obscuridade nos séculos seguintes à morte do filósofo.¹²

O filósofo Andrônico de Rodes (séc. I a.C.) foi o primeiro a editar os escritos aristotélicos. Ele organizou os *corpora* e os remendou, classificando e cotejando. Ele é o famoso estudioso que colocou determinados escritos após os escritos que, segundo ele, precediam os estudos da *physiká* (física), ou seja, os estudos que tem relação com a natureza em desenvolvimento. Ele nomeou esse conjunto de escritos de *tá metà tà physiká*, e, assim, ao estabelecer a ordem *Lógica, Física, Metafísica, Moral, Política, Retórica e Poética*, deu-se uma feliz coincidência: os escritos que Andrônico de Rodes considerou como posteriores à *Física* tratavam de temas investigativos relacionados ao ser enquanto ser, a substância, a Deus e a substância suprassensível.¹³ O termo *metaphysiká* não existia no período clássico. Platão e Aristóteles nunca o utilizaram. A sua criação aconteceu por esse interessante acaso. Graças a Andrônico de Rodes, Aristóteles e mesmo outros filósofos, como Platão e Parmênides, ganharam um novo termo para ser empregado anacronicamente para pensar suas filosofias.¹⁴ No caso

de Aristóteles, a metafísica é entendida como a ciência dos princípios e das causas do ser, um saber que é denominado pelo próprio filósofo de *Filosofia Primeira* (*Protê philosophía*), sendo ainda denominada também de *Teologia*, a metafísica aristotélica propriamente dita, pois, se o termo *metafisiká* não aparece em Aristóteles, o mesmo não pode ser dito dos termos *theologeîn*, *theología* e *theologikós*, que são muito constantes em sua filosofia.

A metafísica aristotélica só pode ser compreendida no âmbito da ciência que ele criou, a *theología*, em um sentido completamente diverso da ideia de teologia dos tempos atuais. A teologia aristotélica, conforme atesta Spinelli¹⁵ é um domínio, o *tò théion*, o *divino*, que não pode ser estudado satisfatoriamente de maneira empírica, ou seja, que só pode ser estudado de maneira lógica de modo tênue, por causa do pouco conhecimento que os homens possuem sobre os temas que lhe dizem respeito. Na filosofia aristotélica, os assuntos divinos, teológicos e, por isso, metafísicos, são aqueles nos quais os homens não podem penetrar senão de maneira tênue, mas que, por isso mesmo, carregam a possibilidade do sentimento do maravilhoso na simples tentativa de entendê-los. O *tháuma*, *espanto de admiração*, surge quando, de alguma maneira, a conjectura humana permite alguma tese. Pode-se dizer que séculos e séculos antes de Shakespeare, Aristóteles já havia pensado de maneira semelhante ao personagem Hamlet: “Há muita coisa mais no céu e na terra, Horácio, do que sonha a nossa pobre filosofia”.¹⁶ Para Aristóteles, estudar a lua seria um estudo teológico, pela distância que há entre o objeto observável e a capacidade de investigação do filósofo, mas, mesmo que o objeto negue uma pesquisa empírica, estudos dessa natureza são aqueles que mais geram fascinação aos filósofos, porque o ato de filosofar seria um modo de vida direcionado para a busca do conhecimento.¹⁷

Aceitando-se, pelo menos em parte, as narrativas de Estrabão e Plutarco, o fato é que, no tempo de Andrônico de Rodes, e mesmo por causa desse estudioso, os escritos aristotélicos passaram a ter uma maior divulgação, em meio à cultura helênica e ao mundo romano que cada vez mais se avolumava. Os

desaparecimentos e ressurgimentos seguintes da obra aristotélica são bem sintetizados por Rubenstein:

Há alguma coisa nesses textos, ou em sua associação com certos momentos da história humana, que os fazem parecerem quase indestrutíveis. Vez por outra, eles desaparecem de vista numa dada civilização e vêm a ressurgir em outra, séculos depois, quase sempre com o mais extraordinário impacto. “Perdidos” na Grécia, foram posteriormente “achados” em Roma. Desprezados pelos cristãos bizantinos, inspiraram uma grande explosão de criatividade filosófica no mundo islâmico. Não lidos durante séculos no Ocidente latino, sua redescoberta, na Espanha medieval, desencadeou uma revolução intelectual na Europa.¹⁸

O estudioso menciona três desaparecimentos da obra de Aristóteles. Desse modo, a partir de agora, tentar-se-á apresentar genericamente algumas informações históricas que, de alguma maneira, se relacionam com o destino dos escritos aristotélicos através do tempo. Do primeiro desaparecimento (Grécia), já se falou um pouco, e, por isso, o foco de estudo se direcionará, a partir de agora, para os desaparecimentos no decorrer da época romana e na Idade Média. A investigação começa com um assunto espinhoso, mas importante para as questões desenvolvidas neste trabalho, que é buscar entender os fenômenos que ocasionaram a queda do Império Romano e, conseqüentemente, o fim da Antiguidade.

É extremamente problemático estabelecer uma data específica para marcar o fim da Antiguidade, com a queda definitiva do Império Romano, dada a complexidade política, econômica e social do mundo então conhecido, em meio a esse processo de transição. Trevor-Roper¹⁹ traça argumentos que evidenciam o quanto seria possível estabelecer épocas diferentes para marcar essa queda com séculos e séculos de distância, dependendo do foco ao qual o investigador da história lança o seu olhar investigativo. Ao evocar a tese do historiador europeu Henri Pirenne,²⁰ Trevor-Roper comenta que a data convencional para o fim da Antiguidade é 476 d.C., data essa que corresponde ao ano

em que o último imperador ocidental, Rômulo Augústulo, perdeu seu poder para o rei germânico Odoacro. De fato, tem-se, nesse momento, a queda do Império Romano do Ocidente. Contudo, Pirenne afirma peremptoriamente que a perda do poder de Rômulo Augústulo nada mais foi do que um evento político, o que faria inferir que não teriam ocorrido mudanças essenciais no mundo que permitissem perceber a chegada de um novo período na história da humanidade. Questionando igualmente a data de 476 d.C., Trevor-Roper menciona que os reis bárbaros dos séc. VI e VII possuíam métodos e títulos romanos, sendo que a única diferença residia no fato de não existir um imperador no Ocidente, uma vez que o trono do poder passa a estar unicamente na cidade de Constantinopla, no Oriente.²¹ Tomando por base essas asserções, o estudioso constrói uma síntese da tese de Pirenne sobre a queda do Império Romano, que merece ser citada:

Em que ponto, portanto, se deu a autêntica queda? Pirenne argumentava que ela ocorrera, muito mais tarde, mais de cem anos após a morte de Justiniano, no séc. VIII. E ilustrava o seu ponto de vista, procurando mudanças econômicas significativas. Em particular, examinou certos artigos de luxo que circularam no Império Romano: ouro, sedas, papiros e especiarias. O ouro fora extraído da Europa romana e exportado para o Oriente, em troca de faustos asiáticos, especialmente sedas chinesas e especiarias indonésias. Os papiros vinham do Egito. E todas essas exóticas mercadorias eram transportadas, através da Europa, por negociantes sírios. Nem os sírios nem o comércio desapareceram, quando os reinos bárbaros substituíram o Império do Ocidente. Depois de 476, os sírios ainda apareceram nas costas da Bélgica, da França e da Espanha. Não surgem apenas como mercadores. São sacerdotes sírios. Haverá um arcebispo sírio em Cantuária. O ouro e a seda são utilizados nas cortes bárbaras. As especiarias e o papiro continuam o seu caminho até aos mosteiros do norte da Europa. Mas, cerca de 700, tudo isto acaba. O ouro desaparece da circulação europeia; os luxos orientais e os mercadores sírios, da Europa dos bárbaros. Apresenta-se-nos, então, uma nova sociedade europeia. É uma sociedade baseada na autossuficiência rural; autossuficiência que

encontrará, depois, a sua expressão nas várias formas do feudalismo.

Pirenne argumentava que a causa desta queda, no séc. VIII, se devera, numa palavra, a Maomé. Por altura de sua morte, em 632, o profeta do Islão tinha já conquistado a Arábia; e os seus sucessores imediatos partiram, depois, à conquista do resto do Oriente. Estas conquistas muçulmanas, primeiro da Síria e do Egito, depois do Norte da África e da Espanha, separaram a Europa do Mediterrâneo e assim, finalmente, se quebrou o cordão umbilical, pelo qual, mesmo depois da queda do Império Romano do Ocidente, a sociedade romanizada da Europa estivera ligada ao nutridor Oriente. A Europa dobrou-se, assim, sobre si mesma, e a sociedade foi-se sistematizando, gradualmente, em novas bases.²²

Pelos argumentos arrolados por Pirenne e Trevor-Roper, a deposição de Rômulo Augústulo e a conseqüente queda do Império Romano do Ocidente não foram suficientes para uma mudança econômica e social que permitisse perceber o surgimento de um novo período histórico, uma vez que os laços entre o Oriente e o Ocidente foram mantidos pela permanência de características que sustentavam a identidade do Império Romano. Apenas bem posteriormente ao início das invasões²³ germânicas no séc. IV, ocorre uma conquista árabe, mais precisamente, em princípios do séc. VIII, fenómeno esse também conhecido como expansão muçulmana (mais detalhes sobre esse acontecimento serão apresentados à frente), e esse evento sim, segundo os historiadores em pauta, determinaria a cisão entre o Ocidente e o Oriente, e, assim, o fim da Antiguidade e o início da Idade Média.²⁴ Nesse sentido, seriam as mudanças sócio-econômicas dessa época, precursoras do sistema feudal, regime de ordem política, social e econômica da Europa característico da Idade Média (o feudalismo, na verdade, se estabeleceria apenas a partir do séc. X), que determinaria o fim da Antiguidade e o início da Idade Média e não algo entendido como um evento político. Seria, então, somente a partir dessa mencionada separação política e social entre o Ocidente e o Oriente que se poderia dizer que muito do saber da Antiguidade perdeu-se para a cultura ocidental, o que permitiria

inferir que a obra aristotélica fazia parte desse conjunto, e, por isso, a maior parte do legado do estagirita ficou, por séculos, nas mãos dos árabes muçulmanos e vendada aos olhos do Ocidente até o período da reconquista, no séc. XII.²⁵ Contudo, isso é somente a parte final do processo, uma vez que o desaparecimento de Aristóteles aos olhos do Ocidente se insere em um trajeto por deveras um tanto mais complexo.

É importante conhecer a tese de Pirenne tanto para levantar questões históricas importantes sobre o processo de desintegração do Império Romano quanto para perceber como a questão do fim da Antiguidade é problemática. Obviamente, tal tese é por demais controversa, pois pode parecer um exagero afirmar que a Idade Média começaria apenas no início do séc. VIII, com o advento da conquista árabe, apesar dos argumentos muito convincentes desse historiador. De fato, se um pesquisador lança o olhar para o processo apontado por Pirenne e Trevor-Roper (e deve-se dizer que esse último também enfatiza o caráter controverso da tese do primeiro) dificilmente não deixaria de concordar com os argumentos arrolados, mas, se o olhar do historiador for lançado para outros processos, não só históricos e sociais, mas também filosóficos e religiosos, é possível ficar a par de dados que permitem vislumbrar o estabelecimento da Idade Média em período transitório que vai do séc. III ao séc. IV, pela percepção, sobretudo, de três fatores que são predominantes para dar conta dessa transformação: o processo de desintegração da unidade imperial, como já apontado, a invasão (ou migração) de bárbaros germânicos (tanto o enfraquecimento do Império quanto a entrada dos germânicos começaram bem antes de 476 a.C., ano da deposição de Rômulo Augústulo)²⁶ e a crescente influência do cristianismo, que, de maneira gradual, vai banindo da Europa o paganismo oriundo da cultura greco-romana. Tem-se, assim, um distanciamento gradual da Antiguidade ou uma camuflagem bem feita, como, por exemplo, ocorre no platonismo de Santo Agostinho.

A queda do Império Romano e o fim da Antiguidade se dão, na verdade, gradualmente, sendo que também é gradual o

processo de afastamento da Europa, não só do mundo oriental, mas também de muito daquilo que outrora possuía da Antiguidade greco-romana e que foi perdido, por questões, políticas, sociais e religiosas. Focalizando mais precisamente o legado de Aristóteles, pode-se dizer que a maior parte de sua obra se insere nesse legado desaparecido para o mundo ocidental. Deve-se dizer, contudo, que essa perda é apenas sacramentada pelas invasões árabes do séc. VIII, pois bem antes dessas invasões a filosofia grega (sobretudo, a filosofia aristotélica) e a cultura greco-romana já sofriam ataques que obscureciam a sua permanência no mundo latino cristão.²⁷

Outra tese interessante merece ser citada aqui para se compreender, mais precisamente, o desaparecimento gradual da obra aristotélica no âmbito de um Império em transformação. Essa tese, proposta por Rubenstein,²⁸ não tenta explicar o advento da Idade Média, como a proposta por Pirenne, mas sim o porquê de a filosofia aristotélica não se mostrar apta a responder os anseios de uma sociedade que via o seu mundo se desmoronar aos poucos, pelo próprio processo de enfraquecimento do Império Romano e, conseqüentemente, pelas sucessivas invasões de bárbaros germânicos. O tipo de filosofia mais apto a trazer respostas às inquietações do momento era a pertencente a Platão. Para um mundo em crise, repleto de desordem e sofrimento, o sistema de mundo ideal desse filósofo poderia fornecer alento ao ser humano, ao fazê-lo pensar que o que estava acontecendo nos territórios romanos não fazia parte do real. O mundo verdadeiro, em sua essência, estava por trás da aparente violência e desordem que se apresentava a todo o momento. O mundo romano, na época em que viveu Santo Agostinho e nos séculos seguintes, lançava-se, portanto, mais à filosofia de Platão do que à de Aristóteles, uma vez que, para esse último, simplesmente não existia um mundo metafísico além das aparências, e, dessa maneira, a filosofia só poderia ser direcionada para o mundo físico em voga, o único existente, sendo que visaria a organizá-lo e a entendê-lo por meio de um sistema de saber. Rubenstein, assim, quer evidenciar em sua tese que, dependendo das características do momento histórico, há todo um sentido em se ter preferência pela visão de mundo

platônica ou aristotélica. Em momentos de decadência e sofrimento, Platão faria mais sentido, uma vez que permitiria ao homem uma fuga para um mundo superior àquele que se encontrava à sua frente e que lhe gerava um contumaz sofrimento, perceptível pelos sentidos. Já, em momentos históricos de apogeu, crescimento, humanismo e racionalismo, Aristóteles se colocaria à frente, uma vez que sua filosofia física e empírica poderia explorar a profundidade do mundo em seu grau máximo.

Tal tese explicaria assim, no seio da sociedade mais culta, o gradual desaparecimento da filosofia aristotélica durante as várias invasões sofridas por Roma, seja na cidade propriamente dita, ou em seu território, e uma preferência por Platão, mesmo que apenas camuflada no platonismo cristão fornecido por Santo Agostinho, que, em sua condição de figura genial, conseguiu como poucos filósofos retratar, em seus escritos, o mundo de seu tempo e do porvir. Coube a ele transpor a filosofia clássica platônica para o interior do cristianismo, para pensar a salvação do homem em um mundo divino celestial e ideal, terminantemente fora da desordem, da violência e da loucura criada paradoxalmente por esse mesmo homem. No ano de sua morte em 430 d.C., Santo Agostinho presenciou a invasão dos vândalos à sua cidade, Hípona Régia, e foi também um homem que viveu na época do saque a Roma pelos visigodos, em 410 d.C., evento muito conhecido e traumático para os cidadãos romanos.

Ainda no período em que os germânicos assolavam o solo romano, os árabes, em processo de grande expansão territorial e já tendo dominado o norte da África, invadiram a Península ibérica em 711 d.C., e, sob o comando do general Tárik, derrotaram o rei visigodo Roderico, colocando fim ao domínio visigodo na região.²⁹ Ao ampliar a sua dominação sobre outros territórios ocidentais e orientais, os árabes formaram um grande império nos séculos seguintes e resguardaram para si a maior parte da obra de Aristóteles e da filosofia grega em geral.

Hoje, se sabe que a Idade Média não foi o Período de Trevas do qual comumente se falava há algum tempo atrás. Entrementes, é fato que a nova civilização que nasce por volta do

ano 1.000³⁰ e a qual recebeu, posteriormente, o nome de civilização ocidental não tinha acesso a maior parte do legado oriundo da Antiguidade, pois esse legado se encontrava nas mãos dos árabes. Contudo, conforme se frisou no início deste estudo, é ainda no interior do período compreendido pela Idade Média que se dá a redescoberta de Aristóteles para o mundo ocidental, mais precisamente, no chamado Renascimento Medieval do qual já se falou.

Após o episódio que ficou conhecido como a Reconquista, processo que se deu a partir dos séc. X e XI, em que os cavaleiros cristãos se lançaram à reconquista dos territórios antes ocupados pelos árabes, o legado da Antiguidade que estava nas mãos dos árabes se apresenta mais uma vez para o mundo ocidental e, mais precisamente, para a nova civilização que se formava. No ano de 1.085, a cidade de Toledo foi retomada pelo rei Afonso VI de Castela, e esse seria o principal ponto de partida para o início da influência aristotélica no mundo europeu cristão, conforme atesta Marcondes.³¹

Nesse sentido, na Espanha, o *corpus* aristotélico foi trazido mais uma vez à luz, depois de envolto na obscuridade para a civilização ocidental por mais de mil anos. Isso se deu, mais precisamente, no séc. XII, no período, agora reconhecido pelos estudiosos, como o Renascimento do séc. XII. Nesse momento, o homem ocidental vai ser introduzido de maneira mais consistente nas civilizações grega e romana da Antiguidade. No caso mais especificamente dos *corpora* aristotélicos, foram descobertas 3.000 páginas de material novo, que abarcava várias ciências, como a biologia, a física, a ética e a ciência política. A princípio, esses livros não foram descobertos em grego, mas sim em árabe e abrigados em bibliotecas das universidades de Bagdá, Cairo, Toledo e Córdoba. Na verdade, a civilização ocidental entra em contato não só com a Antiguidade clássica, mas também com a cultura árabe, herdando um denso legado cultural, pois os estudiosos árabes que se debruçavam sobre os textos do legado greco-romano eram notáveis e faziam anotações e comentários, com o objetivo de copiar e editar os textos.

No percurso de manutenção dos escritos aristotélicos para a civilização ocidental, foi possível observar que a obra do filósofo errou em meio a várias civilizações. Os escritos nascem obviamente na Grécia pelo punho do próprio filósofo, depois ressurgem em Roma e, posteriormente, ficam nas mãos dos árabes. Três idiomas se apresentam nesse trajeto: o grego, o latim e o árabe. Tal constatação é um dado muito importante, uma vez que os manuscritos primários (os primeiros testemunhos) remanescentes de *Sobre a poética*, de Aristóteles, ilustram perfeitamente esse trajeto, uma vez que chegaram para a posteridade exatamente nos referidos idiomas. Mesmo que, logicamente, tais manuscritos, em um total de quatro, tenham se formado muito posteriormente à Antiguidade greco-romana, a existência deles, em idiomas que remontam a história do destino desses escritos, evidencia o quanto estiveram inseridos nas civilizações que lhes permitiram a existência.

Sobre a relação do idioma com a cultura que ele circunscreve e com o legado que transmite, é preciso mencionar que esse termo é proveniente do grego *idioma*, que, em sua formação, possui o radical *idi-*, do adjetivo *ídios* (próprio, particular) associado ao sufixo *-ma*, que forma substantivos neutros que indicam o produto ou o resultado da ação. Nesse sentido, o termo *idioma* pode ser definido etimologicamente como o produto particular de um povo, ou seja, o produto pelo qual um homem pensa, fala, constrói raciocínios, interage com outros homens de mesma cultura e, em suma, vive. Saber que os manuscritos primários de *Sobre a poética* sobreviveram nos idiomas grego, latim e árabe significa mais do que constatar o modo como essa obra da Antiguidade helênica sobreviveu para a posteridade, significa, outrossim, perceber que a maneira de pensar dos povos a que pertencem essas línguas se insere nos textos remanescentes, trazendo a possibilidade de se tentar encontrar, na medida do possível, as ideias originárias construídas por Aristóteles, por meio daquilo que está escrito em cada manuscrito primário.³² Com a intenção de fazer uma apresentação dos manuscritos primários de *Sobre a poética*, é o momento, portanto, de afunilar os *corpora*

aristotélicos para se deter mais detalhadamente na permanência dessa obra de suma importância para a cultura ocidental. A partir de agora, os dados a serem apresentados sobre os manuscritos de *Sobre a poética* se baseiam principalmente nas informações extraídas de Tarán,³³ helenista e filólogo, que, juntamente com Gutas (editor da tradução siríaco-árabe), empreendeu a mais moderna e completa edição do texto grego de *Sobre a poética* até o momento.

A definição de fonte primária de Tarán, em nota presente na sua edição de *Sobre a poética*, deixa evidente a independência material desses manuscritos entre si: “[U]ma fonte primária é um extenso manuscrito ou tradução que não depende de nenhum outro extenso manuscrito ou tradução”.³⁴ No caso da obra *Sobre a poética*, restaram quatro manuscritos com essa característica, que são, de fato, completamente independentes entre si, apesar de alguns estudiosos mais antigos que editaram e traduziram a *Poética* considerarem erroneamente que três derivaram de um, que seria o mais importante: o *Parisinus Graecus 1741*.³⁵

Os quatro primeiros testemunhos do texto de *Sobre a poética* são, portanto, como já dito, manuscritos que se apresentam em três línguas diferentes. O *Codex Parisinus Graecus 1741*, já mencionado, é designado normalmente por A, nas edições ou traduções. Ele data de meados ou da segunda metade do séc. X e é considerado muitas vezes o manuscrito mais importante de *Sobre a poética* por dois motivos basilares: primeiro, porque está em grego e segundo, porque está completo.³⁶ O *Codex Riccardianus 46*, mencionado como B nas edições, também está em grego, mas está incompleto (falta, sobretudo, a parte inicial do texto). Tarán,³⁷ informando que o manuscrito é normalmente datado como sendo do séc. XIII ou XIV, menciona que seria mais antigo do que esses séculos, provavelmente da primeira metade do séc. XII. Há ainda a tradução latina medieval, designada pela sigla LAT., ao que Tarán informa ter sido feita a primeira edição desse texto latino em 1953 por William de Moerbeke. Por fim, há ainda como fonte primária a tradução siríaco-árabe, representada pela sigla SYR. ou AR. nas edições, que, ao que parece, foi baseada em um texto grego perdido com data mais antiga do que a do *Parisinus Graecus 1741*,

fato que torna essa tradução de extrema importância para tentar captar nuances originais da filosofia de Aristóteles.

Sobre os dois manuscritos que são traduções de *Sobre a poética*, Tarán³⁸ enfatiza que não foram feitas tomando por base um único manuscrito equivalente do texto grego. A tradução latina remonta a um manuscrito grego que é denominado pela consoante Φ nas edições. Já a tradução siríaco-árabe foi baseada em outro manuscrito grego, no qual foi atribuída a letra Σ . Em vista de toda essa complexidade que ainda traz a possibilidade da existência de outro manuscrito hipotético, ao qual Tarán denomina Ψ , observa-se que, para um eficiente comentário e tradução da obra *Sobre a poética*, são necessários vários cotejamentos entre o que existe em cada manuscrito, pensando-se até mesmo em fontes hipotéticas não existentes materialmente, mas importantes para estabelecer pontes que permitem o início de uma ligação entre o que chegou para a posteridade e o que teria sido pensado ou composto por Aristóteles nos primórdios do séc. IV a.C. Enfrentar esses problemas textuais é uma tarefa muito difícil, mas estimulante e prazerosa, na medida em que significados intrínsecos à filosofia aristotélica forem aflorando, por meio do estudo de texto a ser compreendido.

O trabalho ainda em elaboração apresentado neste artigo tem por finalidade um futuro estudo filológico aprofundado sobre o texto de *Sobre a poética* de Aristóteles. Para tanto, foi necessário, em um primeiro momento, o conhecimento sistematizado e de base de alguns fenômenos históricos, filosóficos e mesmo filológicos, no sentido de uma preparação voltada para o conhecimento dos manuscritos primários e outras fontes que permitiram a construção das edições do texto de *Sobre a poética*. Considera-se que esse objetivo inicial foi cumprido, nas partes relativas ao trabalho em pauta, que, primeiramente, se deteve na história dos *corpora* aristotélicos, no próprio tempo do filósofo e no decorrer do Período Helenístico, Romano e na Idade Média, para, em um segundo momento, apresentar alguns dados históricos sobre o percurso desses *corpora* até a sua manutenção para a civilização ocidental nos séculos finais da Idade Média. Por fim, foi

possível direcionar para um texto específico dos *corpora*, exatamente para a obra *Sobre a poética*, que passou a ser investigada brevemente em suas fontes primárias. A constatação de que os manuscritos primários de *Sobre a poética* sobreviveram para a posteridade em idiomas que, de certa maneira, se inserem na própria história de recepção do texto clássico foi, especialmente, um dado significativo, pois permitiu comprovar a importância de todas essas fontes materiais para a realização de um estudo sério direcionado para a obra.

ABSTRACT

This article investigates some historical and philological factors that made possible the maintenance of part of the Aristotelian corpora, especially the work *On poetics*, from Antiquity, Middle Ages, to what we have today. Through a precise cut across this extensive timeline, we highlight the data that allowed, after the disappearances that occurred in Greece, Roman times and the Middle Ages, the survival and the various resurgences of Aristotelian works from the Western world to the Arab domination of the 8th century and the Reconquest period, in the 12th century. At the end of the work, it is also possible to find some information about the work *On poetics*, regarding its primary manuscripts and issues of text transmission.

KEYWORDS

Parisinus 1741; Aristotle; Poetic; Middle Ages Renaissance.

REFERÊNCIAS

ARISTOTLE. **Poetics**. Editio maior of the Greek text with historical introductions and philological commentaries by Leonardo Tarán (Greek and Latin, and edition of the Greek text) and Dimitri Gutas (Arabic and Syriac). Leiden; Boston: Brill, 2012.

ARISTOTLE. **Poetics**. Translated and with critical notes by S. H. Butcher, with complete Greek text on facing pages. Mineola; New York: Dover Publications, Inc., 2018.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. São Paulo: Edições Loyola, 2005; 2013; 2017. 3 v.

ARISTÓTELES. **A Constituição de Atenas**. Tradução e comentários de Francisco Murari Pires em edição bilingue grego-português. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

BOUTROUX, Emile. **Aristóteles**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000.

BROOKE, Christopher. **O Renascimento do século XII**. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

CORDERO, Néstor Luis. **A invenção da filosofia**. São Paulo: Odysseus Editora, 2011.

FREIRE, Antonio. **A catarse em Aristóteles**. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, 1982.

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HORTA, Guida. N.B. Parreiras. **Os gregos e seu idioma**. Rio de Janeiro: J. Di Giorgio, 1978; 1983. 2 v.

MALHADAS, Daisi. **Tragedia grega: o mito em cena**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura (coord.). **Dicionário grego-português**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010. 5 v.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Os limites da helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

MOSSÉ, Claude. **Dicionário da civilização grega**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

OLIVEIRA, Valter Ferreira. Os escritos de Aristóteles. **Synesis**, UCP, Petrópolis, v. 5, nº 1, p. 77-87, jan.-jul., 2013.

REINER, Hans. O surgimento e o significado original do nome metafísica. In: ZINGANO, Marco (org.). **Sobre a Metafísica de Aristóteles**: textos selecionados. São Paulo: Odysseus Editora, 2005. pp. 93-122.

REALE, Giovanni. **Introdução a Aristóteles**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

ROSSETTI, Livio. **Introdução à filosofia antiga**: premissas filológicas e outras “ferramentas de trabalho”. São Paulo: Paulus, 2006.

RUBENSTEIN, Richard E. **Herdeiros de Aristóteles**: como cristãos, muçulmanos e judeus redescobriram o saber da Antiguidade e iluminaram a Idade Média. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

SAVELLE, Max (coord.). **História da civilização mundial**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1968. 4v.

SHAKESPEARE. Hamleto. In: _____. **Tragédias; Hamleto; Romeu e Julieta; Macbeth; Otelo**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

SPINELLI, Miguel. **Questões fundamentais da filosofia grega**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

TOYNBEE, Arnold J. **Helenismo**: história de uma civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1969.

STIRN, François. **Compreender Aristóteles**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

TREVOR-ROPER, Hugh. **A formação da Europa cristã**. Lisboa: Editorial Verbo, 1966.

VRYONIS, Speros. **Bizâncio e Europa**. Lisboa: Editorial Verbo, 1967.

¹ Jules Michelet (1798-1874) e Jacob Christoph Burckhardt (1818-1897) foram, respectivamente, um filósofo francês e um historiador suíço que deixaram obras que estabeleceram o conceito de um Renascimento do séc. XV, que seria posterior a um período de atraso e retrocesso envolto pelas trevas medievais. Um estudo focado na Idade Média pode mostrar que tal percepção não procede.

² TREVOR-ROPER, 1966, p. 138.

³ ROSSETTI, 2006, p. 163-164.

⁴ Os significados foram extraídos do dicionário grego-português organizado por Malhadas, Dezotti e Neves.

⁵ Verbos temáticos consonânticos em duplo *tau* ou *sigma* seguem a conjugação em gutural. Por isso, também o radical representado no termo *pragmateia* possui a gutural *gama*. Isso se dá, porque verbos desse tipo são provenientes de um primitivo radical em gutural modificado pelo sufixo iode. Cf. HORTA, 1978, p. 204.

⁶ As informações sobre Cícero foram retiradas de Rubenstein (2005, p. 43).

⁷ BOUTROUX, 2000, p. 39.

⁸ *Geografia*, XIII, 1, 54.

⁹ É mais precisamente na biografia de Sila, constante em *Vidas paralelas*, que se encontra a narrativa sobre os textos aristotélicos.

¹⁰ Rubenstein está se referindo à narrativa deixada por Estrabão.

¹¹ RUBENSTEIN, 2005, p. 45.

¹² Mesmo que seja um tanto questionável, a narrativa é utilizada por Rubenstein para evidenciar a tendência que os escritos de Aristóteles possuem de desaparecerem e de ressurgirem, depois de certo tempo.

¹³ A relação das indagações é proposta por Reale (2012, p. 52).

¹⁴ Spinelli (2006, p. 34), em sentido inverso ao que comumente é dito, explica que o termo *metaphysiká* pode ter surgido por questões de simplificação, no cotidiano das escolas acadêmicas de Roma. No meio acadêmico, houve a junção, portanto, do prefixo *metá* com o termo *physiká*. Um estudo que discorda do puro acaso editorial imposto por Andrônico de Rodes é empreendido por Reiner (2005), que defende que o termo poderia ser empregado para fazer referência à filosofia primeira, uma vez que essa já era entendida como uma investigação que deveria ser feita posteriormente à *physiká*, e que era “primeira” apenas por conta de seu valor e não por conta de sua ordem de estudo.

¹⁵ SPINELLI, 2006, p. 288.

¹⁶ *Hamlet*, ato I, cena IV. A tradução do texto shakespeariano é de Carlos Alberto Nunes (1969).

¹⁷ Um estudo pormenorizado sobre a filosofia antiga como sendo compreendida como um modo de vida encontra-se em Hadot, que deixa claro qual é a tese de seu livro quando começa o capítulo sobre Aristóteles (2008, p. 119). Nas páginas seguintes, o estudioso evidencia que o prazer gerado pelo ato de conhecer é maior exatamente sobre aqueles assuntos mais difíceis de penetrar. Por esse ponto de vista, é possível afirmar que os assuntos teológicos aristotélicos geram mais prazer de estudo do que outros, que seriam mais simples.

¹⁸ RUBENSTEIN, 2005, p. 46.

¹⁹ TREVOR-ROPER, 1966, p. 75 e seg.

²⁰ Nas notas bibliográficas do livro de Trevor-Roper (1966, p. 202), há a menção ao trabalho de Henri Pirenne no livro *Mahomet et Charlemagne* (1939) e a informação de que as grandes polêmicas advindas desse estudo foram reunidas em um volume da série *Problems in European History* (Boston, 1958) denominado *The Pirenne Controversy*.

²¹ Esse acontecimento traz a valorização por completo da cidade de Constantinopla e do chamado Império Bizantino. Harvey (1998, p. 200) menciona que o Período Bizantino teria início com o fechamento das escolas filosóficas de Atenas por Justiniano em 529 d.C., mas aventa também a possibilidade de considerar a data de 330 d.C., ano da fundação de Constantinopla, como marcando o início desse período, que em sua longevidade vai até 1453, ano da queda de Constantinopla. Como o próprio nome indica, foi Constantino quem fundou a cidade, exatamente para ser a nova capital do Império Romano. A data de 479 d.C. transita, portanto, em meio ao ano da fundação de Constantinopla e a data comumente proposta para o início da época bizantina.

²² TREVOR-ROPER, 1966, p. 75-76.

²³ Os estudiosos que compuseram o conteúdo do livro *História da civilização mundial*, coordenado por Savelle (1968), preferem utilizar o termo migração, ao invés de invasão, argumentando que a entrada dos germânicos no território romano não foi feita por guerreiros armados, mas por homens que levavam consigo suas mulheres e filhos (cf. p. 122). Tal fato evidencia o quanto o Império Romano se encontrava em colapso no período, uma vez que não conseguia mais defender as suas fronteiras.

²⁴ A expansão muçulmana começou bem antes da entrada dos árabes no mundo da Europa cristã, graças ao profeta Maomé, que funda a religião islâmica e dá início a várias conquistas. Após sua morte em 632 d.C., seus seguidores expandiram o islamismo, conquistando a Síria, a Palestina, a Mesopotâmia, a Pérsia, o Egito e o norte da África. A invasão, posteriormente, da península ibérica, em princípios do séc. VIII, vai marcar, segundo Pirenne, o início da Idade Média. É nesse momento que a maior parte do legado da Antiguidade vai para as mãos dos árabes.

²⁵ Rubenstein (p. 76-77) faz um interessante exercício, convidando o leitor a se imaginar como um erudito cristão ainda desconhecedor dos tesouros aristotélicos que estavam nas mãos dos árabes. Esse erudito conheceria a *Bíblia* e seu missal, a obra de Santo Agostinho e os livros de Boécio, Cassiodoro e São Gerônimo. Conheceria também os seis tratados de lógica de Aristóteles traduzidos por Boécio para o latim e o diálogo *Timen*, de Platão.

²⁶ As invasões ou migrações de tribos germânicas começaram no séc. IV e continuaram nos séc. V e VI. Em Savelle (1968, p. 124-128), é possível ainda obter-se informações sobre essas tribos invasoras. Citar-se-á aqui apenas as duas primeiras invasões, pois a complexidade do processo exigiria um texto mais extenso que desviaria o foco do estudo aristotélico em pauta. Em 410 d.C., os visigodos, um dos ramos étnicos em que se dividiam os godos (o outro ramo era composto pelo estrogodos), invadiram e saquearam Roma sob o comando do chefe germânico Alarico, estabelecendo-se, posteriormente, um reino na Gália meridional e no norte da Espanha, que foi o primeiro reino germânico em território romano. Depois, foi a vez da tribo germânica dos vândalos entrar em solo romano, ao atravessarem o estreito de Gilbratar para estabelecerem mais um reino germânico. Em 455 d.C., essa tribo também saqueou Roma, sendo essa a segunda pilhagem sofrida pela capital do Império. Na sequência, há acontecimentos históricos que dizem respeito aos ostrogodos (o rei Odroaco se insere aqui) e até aos hunos, que não faziam parte das tribos germânicas, mas também invadiram o território romano. Observa-se, portanto, que o Império Romano passava por uma crise sem precedentes.

²⁷ Dois acontecimentos bem distantes no tempo, mas que, de certa maneira, emolduram o processo de desaparecimento da obra aristotélica e muito do legado grego da Antiguidade, podem ser apresentados a guisa de exemplos. Por volta do ano 200 d.C., o autor cristão Tertuliano emite, em sua obra, uma série de ataques à filosofia pagã e, sobretudo, à filosofia de Aristóteles, a quem ele chegava a deturpar (cf. Rubenstein, p. 55-56). E, séculos e séculos depois, mais precisamente em 529 d.C., o imperador Justiniano emite decreto determinado o fechamento de todas as escolas pagãs de filosofia do Império Bizantino. Em meio a esse lapso de tempo, o assassinato da filósofa Hipátia, em 415 d.C., na cidade de Alexandria, evidencia o quanto esses séculos foram difíceis para a filosofia, que não foi definitivamente banida graças aos esforços de filósofos como Boécio e Santo Agostinho.

²⁸ RUBENSTEIN, 2005, p. 55 e seg.

²⁹ As informações sobre a dominação árabe e a reconquista são extraídas resumidamente de Marcondes (1997, p. 121-122), que enriquece o seu livro com um curto capítulo sobre esses acontecimentos tão importantes para a história da filosofia.

³⁰ Em Savelle (1968, p. 107), a marca que permite afirmar o surgimento da Civilização Ocidental, por volta do ano 1000, se insere nas mudanças sócio-econômicas pelas quais essa nova civilização passaria. As fases citadas são feudal-agrária, comercial e industrial. O feudalismo, assim, evidenciaria o início da civilização ocidental, na Europa.

³¹ MARCONDES, 1997, p. 122.

³² O fato de dois desses manuscritos primários estarem no idioma grego, a língua original em que *Sobre a poética* foi escrita no séc. IV a.C., não significa que eles sejam os mais fidedignos às ideias contidas no texto originário do que os

outros dois manuscritos, que sobreviveram nas línguas latina e árabe. Uma questão que vale a pena ser explorada, posteriormente, quando os autores do presente estudo se detiverem mais especificamente nos textos e conteúdos de *Sobre a poética*, é investigar, por meio do cotejamento entre os manuscritos, a validade ou não do emprego do termo *kátharsis*, na definição aristotélica de tragédia (49b, 24-27). Existe a possibilidade de esse termo ter sido acrescentado posteriormente, sem nunca ter sido utilizado por Aristóteles, em *Sobre a poética*. Um estudo pormenorizado, com uma série de argumentos a favor da tese da não responsabilidade de Aristóteles sobre o uso de *kátharsis* pode ser consultado em Freire (1982).

³³ TARÁN, 2012.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 4.

³⁵ Butcher (2018), que editou e traduziu o texto de *Sobre a poética* em 1894, de fato, comenta, ao falar sobre os manuscritos (p. 4), que o *Parisinus 1741* é supostamente o arquétipo de onde todos os outros manuscritos extensos derivariam. Na verdade, o arquétipo, que se define como o texto que teria dado origem a todos os outros, se perdeu. O comentário errôneo do estudioso, de forma alguma, não torna inócuo o seu excelente trabalho de edição, tradução e estudo do texto, mas apenas deixa evidente que, no tocante a um estudo filológico de *Sobre a poética*, muitas ações ainda seriam feitas no decorrer do séc. XX. Na verdade, Butcher não empreendeu uma edição crítica do texto de *Sobre a poética*, pois, para tanto, seria necessário o cotejamento entre os quatro manuscritos primários remanescentes. Segundo Tarán (2012, p. 4), a primeira edição realmente crítica do texto aristotélico foi empreendida apenas em 1965 por Rudolph Kassel.

³⁶ Obviamente, quando se diz completo aqui, menciona-se apenas aquilo que restou para a posteridade e que foi recopiado posteriormente, pois, em sua essência, o texto remanescente de *Sobre a poética* é por si só incompleto, uma vez que trata quase que exclusivamente sobre a tragédia, sendo que as partes sobre a comédia e outros gêneros poéticos não sobreviveram ao tempo. O termo grego *poietiké* do título, com o sufixo *-ikos*, que indica relação, diz respeito a todos os gêneros literários levantados por Aristóteles e não apenas à tragédia, mas o restante se perdeu, restando um texto esotérico que é, em suma, uma verdadeira aula que Aristóteles preparou para instruir os seus alunos na arte de construir uma tragédia grega estruturalmente.

³⁷ TARÁN, 2012, p. 4.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 5.